



SCHWARCZ, Lilia M. e STARLIN, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

BRASIL DESVELADO NUMA BIOGRAFIA

Friedrich Camera Siering¹

Este livro pretende escrever uma história geral do Brasil, aliando interpretações particulares dos diversos saberes disciplinares e interdisciplinares produzidos sobre este país. Magistralmente definido como uma biografia, as autoras fazem análises da história do Brasil que se pretende mestiça e híbrida, bovoarista e cordial. Estas visões da história são formadoras de uma auto identidade negociada e dinâmica e, por isso, descortinadora de uma linguagem violenta que se esconde sob um manto enganoso da harmonia social e da ausência de lutas na formação da identidade nacional.

Normalmente o debate de conceitos históricos ficam reservadas aos meios acadêmicos atendendo a este mesmo público. Este era o caso da noção de cordialidade de Sérgio Buarque de Holanda, trazida aqui de maneira simples, e “(...) entendida a partir de seu senso crítico – a nossa dificuldade de acionar as instâncias públicas. (...)”. E, deste mesmo autor o termo “bovarismo”: “(...) [é] (...) mania nacional de procurar pelo milagre do dia, pelo imprevisto salvador, (...)”. Compreender estes conceitos em tempos de tramitação de processo de impeachment é interessantíssimo, principalmente quando o vice-presidente, Michel Temer, ao assumir interinamente a presidência da república, em 2016, conclama a população a harmonia e a ordem. Mantendo desse modo,

(...) a mania de congelar a imagem de um país avesso ao radicalismo e parceiro do espírito pacífico, por mais que inúmeras rebeliões, revoltas e manifestações invadam a nossa história de ponta a ponta. Somos e não somos, sendo a ambiguidade mais produtiva do que um punhado de imagens oficiais congeladas. (SCHWARCZ e STARLIN, 2015, p.16-18)

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia.

Extremamente deliciosa, é a leitura deste livro de escrita informal e muito didática, sem perseguir a forma cronológica da escrita histórica de um gênero, que apesar de biográfico se pretende também ser geral. As autoras percorrem os caminhos do Brasil das grandes navegações, passando pelos sambaquis pré-históricos e chegam até ao governo Fernando Henrique Cardoso. Sem perder de vista a proposta dialética de mostrar “a alma mestiça do Brasil” e as “práticas violentas” que a compõe. Nessa visita à história do Brasil, as autoras trazem à tona curiosidades que exemplificam as disputas para a nomeação do território colonial português nas Américas, de Brasil, da mobilidade do significado, do conceito de “Périplo Africano”:

(...) O termo ‘périplo’ designava o bom augúrio da empreitada: uma longa viagem em que se retorna com sucesso ao ponto de origem. No entanto, (...), a falta de progressos no empreendimento acarretou a adição de um novo sentido (mas negativo) ao termo: a noção de ‘mal de Sísifo’. (SCHWARCZ e STARLIN, 2015, p. 23).

A mesma análise se mantém para os povos indígenas, mesmo quando estes aparecem “muito antes de Cabral”, o que está em jogo é a percepção destes povos diante da lógica colonial. “(...) [Os] indígenas seriam entendidos como a personalização do novo: uma estranha e nova humanidade. Não destoariam, assim, do tom geral, em que tudo parecia inusitado e fresco: a terra, as pessoas, os animais, o clima, as plantas.”. Percepção que não tardaria em mudar na formação da empresa açucareira e a disputa pelas terras e a mão de obra destes grupos ao longo dos séculos XVI e XVII. (SCHWARCZ e STARLIN, 2015, p. 49).

Neste interim, a substituição do trabalho compulsório do nativo americano pelo africano no engenho ganha maior importância e as autoras dão relevância ao papel dos ameríndios ao citar o desinteresse pelo acúmulo, devido ao status que não ocorria pela capacidade econômica. E isto pode ser melhor compreendido com o exemplo da primeira inflação ocorrida no Brasil nos anos quinhentos, onde “(...) o crescimento do volume do escambo entre europeus e americanos foi a valorização da força de trabalho do nativo. (...)”. Assim, os indígenas recusavam-se a trabalhar para acumular mais um machado ou qualquer objeto fruto do escambo que não fosse mais valorizado por eles. Sendo



necessário que o Regimento Real entregue à Tomé Souza estabelecesse um tabelamento dos bens a serem negociados com os nativos. Dessa forma, a vinda de escravos africanos e o aldeamento eram as alternativas postas em prática pela Coroa portuguesa para controlar nativos e enredar colonos nos fluxos mercantis do reino. (MAESTRI, 2013, P. 117)

Ao longo do século XVII e XVIII a temática da escravidão indígena vai se transferindo para a periferia da colônia. São os bandeirantes paulistas responsáveis pela descoberta dos grandes veios de ouro na atual região de Minas Gerais, que ganharam a fama de serem os grandes predadores dos grupos indígenas. A necessidade desses braços cativos para a lavoura triticultora e a pobreza desses homens, segundo eles mesmos, justificavam as empreitadas sertão adentro. E, estes só entregaram a localização das minas quando negociaram “(...) o privilégio de ‘administrar’ os indígenas aprisionados no sertão e levados como força de trabalho escrava para o planalto de Piratininga. Só então o ouro apareceu.” Depois os paulistas são expulsos pelos emboabas com um certa ajuda da Coroa, e foram responsáveis por achar outras regiões auríferas. (SCHWARCZ e STARLIN, 2015, p. 110-111).

Ao longo do século XIX e XX os índios são chamados para justificar uma nacionalidade romântica indianista sob a tutela do Estado de D. Pedro II. É o bom selvagem, um modelo de pureza e honra a ser seguido, um exemplo literário e distante da realidade indígena do dezenove. Esta visão romantizada congelou a visão dos índios no século XVI e marcado até hoje a visão de quem é e quem não é índio. Assim, no século XX sob a tutela da república, a visão da política indigenista colonial ainda será posta em prática entre o extermínio do índio bravo e o aldeamento do índios pacíficos. E quando pacificado este terá que aceitar, trabalhando como empregado de um patrão que arrendou as suas terras e explorou o seu trabalho como uma forma de civilizá-lo. E quando este se revolta e exige seus direitos, como o acesso à terra, não